

Avaliação no mundo hodierno: um intervir sobre a produção do conhecimento

SILVIO CARLOS DOS SANTOS

ARLEI PERIPOLLI

MARILU PALMA DE OLIVEIRA

SORAIA NAPOLEÃO FREITAS

Universidade Federal de Santa Maria- RS/Brasil

A avaliação é a mediação entre o ensino do professor e as aprendizagens do professor e as aprendizagens do aluno, é o fio da comunicação entre formas de ensinar e formas de aprender. É preciso considerar que os alunos aprendem diferentemente porque têm histórias de vida diferentes, são sujeitos históricos, e isso condiciona sua relação com o mundo e influencia sua forma de aprender. Avaliar, então é também buscar informações sobre o aluno (sua vida, sua comunidade, sua família, seus sonhos...) é conhecer o sujeito e seu jeito de aprender.

Paulo Freire

1. Considerações iniciais

O mundo hodierno tem se revelado como expressão da vivência de um tempo de (re)significações; mudanças profundas; contestações de toda ordem; crise dos conhecimentos/saberes e da sociedade interconectada. Época marcada pela transitoriedade, pela busca de sentidos originais e novas práticas que sejam mais próximas da contingência histórica da condição humana. Realidade em que a voz uníssona da atualidade cede lugar à pluralidade cultural, étnica, política, científica e da transição paradigmática. Paisagem de contradições; de disseminação da violência social e econômica; de refinamento da produção de riqueza, aprofundamento e alargamento da miséria.

É neste palco que se intensifica a discussão acerca da avaliação da aprendizagem como elemento didático necessário e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo a relação ensino/aprendizagem. Por meio dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer da aquisição do conhecimento entre professor/aluno são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades e (re)orientar a ação pedagógica. Assim, a avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuições de notas.

A escola não pode estar desvinculada da vida, do mundo que a rodeia, mas em sintonia com a comunidade e com o tempo em que se vive. Logo, a mesma não ensina a memorizar, mas a refletir; fazer relações entre dados, informações e idéias; desafiar o senso comum; apreender o ato da pesquisa; saber trocar informações, ou seja, aprender a aprender na prática. Desta forma, avaliar pode ser um empreendimento de sucesso, mas também de fracasso; conduzir a resultados significativos ou a respostas sem sentido; defender ou ameaçar; aprovar ou reprovar.

Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação

ISSN: 1681-5653

n.º 53/1 – 25/06/10

Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura (OEI)

Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI)



Enfim, este artigo aborda a avaliação numa visão diacrônica e ontológica, como processo interativo, criativo e desafiante ao professor, utilizando um aporte metodológico como pesquisa científica que, para Lakatos (2004), processa-se em dois aspectos quando se está analisando os tipos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto ao primeiro, esta é descritiva e, o segundo, bibliográfica, pois foi realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos como livros e artigos acadêmicos. O método de abordagem foi o qualitativo porque, conforme Gil (2006), fez-se uso de análise dos aspectos subjetivos dentro das leituras desenvolvidas.

2. Um olhar diacrônico sobre a avaliação

A humanidade, desde o seu surgimento, ratifica as ações de seus componentes, por meio do (re)conhecimento dessas e suas qualidades. O responsável pela identificação e anúncio desta legitimidade é o que adquiriu autoridade na função: que está capacitado a dar o aval, ou seja, avaliar àquele que pretende apropriar-se de tal conceito.

Com a complexificação da organização social, houve a demanda de construção de espaços/tempos específicos para a aprendizagem dos ofícios necessários; de criação de novos procedimentos, instrumentos e símbolos para conceder este aval, também, complexo. A necessidade de avaliação/validação vivenciada pela relação ensino/aprendizagem é consensual. O modo de avaliar os processos, os critérios e as suas implicações é um tema inconcluso e passível de discussões e entendimentos.

O ato de avaliar perpassa e orienta todas as experiências vivenciadas pelos grupos sociais no transcorrer dos tempos. Encontram-se, assim, inferências nas passagens bíblicas do Velho e Novo Testamento quando profetizam o certo e errado, o belo e o feio, o moral e amoral. Portanto, a avaliação é constituída de subjetividade, normativas, procedimentos e códigos de conduta criados pelo homem. Corroborava Viana (2000, p. 22) ao dizer que: “[...] desde o início do processo civilizatório houve alguma forma de avaliação. Ousaríamos dizer que a avaliação surgiu com o próprio homem (...) o homem observa • o homem julga, isto é, avalia”.

Nas relações sociais as atividades avaliativas remontam a períodos históricos antigos quando eram usadas como medida para adequar o indivíduo ao trabalho, ao exercício de diferentes papéis. Vem legitimar Sobrinho (2001, p. 35-36) ao afirmar que:

Antes mesmo da institucionalização das escolas, a avaliação já era praticada para fins de seleção social. Com efeito, a avaliação está ligada à questão de escolhas, e a seleção social é tão ‘naturalmente’ aderida a ela que passa como constituinte de sua essência [...]. Os chineses praticavam uma seleção de indivíduos para a guarda dos mandarins. Os gregos utilizavam mecanismos de seleção de indivíduos para o serviço público ateniense (...).

No contexto educacional esta história se reproduz. A avaliação vem se estabelecendo como ferramenta de aprovação/reprovação, como meio para se chegar ou não ao saber e à ascensão social. Segundo Luckesi (1995), esta tem sua gênese na escola moderna com a prática de provas e exames que se sistematizou a partir do século XVI e XVII, com o apogeu da sociedade burguesa

Para Bortoloti (2003), no século XVI, os jesuítas se destacaram, desde os primeiros tempos de fundação da ordem, pela proposta pedagógica – *Ratio Studiorum* – que foi pensada para ordenar as instituições de ensino de uma única maneira, com vistas a permitir uma formação uniforme a todos. Através desta pedagogia, visavam um ensino eficiente por meio do rigor e a constituição de uma supremacia católica, tendo um cuidado proeminente em relação às provas e exames. Onde, organizavam-se sessões solenes com constituição de bancas examinadoras e comunicação pública dos resultados.

No século XX, o educador norte americano Tyler criou a terminologia avaliação da aprendizagem, porém, a prática permaneceu baseada em provas e exames, apesar de vários professores descreverem que a mesma poderia auxiliar numa maneira eficaz e eficiente de se vivenciar a relação ensino/aprendizagem e a construção coletiva do conhecimento.

Enfim, cada decisão que o ser humano toma ou é levado a tomar em circunstâncias distintas, seja no dia a dia em âmbito pessoal, profissional ou em situações adversas será sempre resultado de um processo avaliativo, onde diversas variáveis são incorporadas e analisadas, diferentes critérios são delineados, para que aquela situação se concretize, permitindo-lhe optar ou assumir a solução que parecer mais coerente e/ou adequada naquelas circunstâncias e é comum que estas soluções envolvam um julgamento no encaminhamento ou solução do problema que se apresenta num processo que é sempre subsequente.

3. Avaliação: uma abordagem ontológica

Medir, testar, julgar, avaliar são terminologias distintas, mas que, muitas vezes, são tomadas inadequadamente como sinônimas, ou então, utilizadas para se chegar a uma mesma finalidade. Não existe necessidade, nem compete aqui a tarefa de defini-las. Contudo, isso não anula que se elaborem, delimitem, definam certas concepções.

Assim, medir tem por significação definir a extensão ou dimensões, ou a capacidade de alguma coisa ou objeto, sua permanência ou duração. Comumente, o efeito final de uma medida é expresso por números. Desde o surgimento do empirismo, principalmente com o positivismo, cada vez mais se aprecia a quantificação. Ou seja, o que vale são os números. Tudo o que se desenvolve está submetido à medida. Compram-se os objetos de que se precisam por medidas, dimensões, tamanhos, pesos, preços. A passagem do tempo é registrada através de horas, dias, anos; quanto às distâncias, em metros, quilômetros e até em anos luz. A medida também perpassou o espaço educacional. Exemplo disso, é quando se contam os itens de uma prova e, face aos acertos ou erros cometidos, estabelece-se um número de pontos, efetuando uma medição quantitativa. Conseqüentemente, a medida é um dos mecanismos de que se apropria a avaliação para alcançar seu desígnio valorativo.

O testar equivale à verificação de alguma coisa por meio de uma conjuntura planejada. Este é um meio que se utiliza para determinar a qualidade daquilo que se almeja observar, procurando-se medir o resultado de uma capacidade, mas não essa em si mesma. Os testes se configuram como instrumentos de medida, devendo servir, tão somente, para mensurar ou investigar aspectos das coisas existentes.

Quanto ao julgar, condiciona-se, via de regra, deliberar sobre a legalidade, legitimidade ou certeza de alguma coisa. Embora, seja utilizado em múltiplas circunstâncias, jamais deverá ser empregado no âmbito educacional em termos de comparação de um aluno em relação a outro. A aprendizagem precisa evitar a aferição comparativa, visto que cada ser é uma totalidade idiossincrática, isto é, não se pode quantificar e comparar concepções, volições, aspirações, sentimentos/emoções, pois características subjetivas que estão no âmago do comportamento e da capacidade de produção dos alunos.

Avaliar para Ferreira (1986, p. 164), em sua obra o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, é:

1. Determinar a valia ou o valor de (...). **2.** Apreciar, estimar o merecimento de (...) avaliar um esforço. **3.** Calcular, estimular, computar (...). **4.** Fazer idéia de; apreciar, estimar (...). **5.** Reconhecer a grandeza, a intensidade (...). **6.** (...) merecimento. **7.** Fazer a apreciação; ajuizar (...). **8.** Reputar-se, considerar-se (...).

Na sua origem, o vocábulo vem do latim *a + valere*, que significa conferir importância e mérito ao objeto em estudo. Desta forma, denota um juízo de valor sobre um procedimento para a aferição da qualidade do seu resultado, porém, a compreensão da avaliação no processo ensino/aprendizagem tem sido pautada pela lógica da quantificação, ou seja, associa-se o ato de avaliar ao de medir os conhecimentos adquiridos pelos alunos.

Echenique (s/d., p. 1), por sua vez, afirma que avaliar

[...] é um processo contínuo de investigação que visa estudar e interpretar os conhecimentos, atitudes e habilidades dos alunos, tendo em vista mudanças esperadas no comportamento, propostas nos objetivos da escola, a fim de que haja condições de decidir sobre alternativas no planejamento do trabalho do professor e da escola como um todo.

Portanto, a avaliação não está ligada apenas a um momento ou instante, é algo amplo, um processo interligado a outras atitudes e comportamentos. Conseqüentemente, abarca (re)conhecimento, e (re)conhecer envolve a subjetividade humana. Logo, esta é, essencialmente, o ato de acompanhar o crescimento holístico do aluno no processo de edificação do conhecimento e da construção da aprendizagem significativa e colaborativa.

4. A avaliação como processo interativo: um desafio para o professor

O professor só poderá avaliar a aprendizagem, se tiver perceptibilidade de pensamento daquilo que pretende alcançar, isto é, clareza dos seus objetivos, os quais são hipóteses sobre o comportamento esperado dos alunos. Quanto mais nítidos forem propostos, melhores orientadores se tornarão para a ação/reflexão/ação deste e para os seus procedimentos avaliativos, pois ao contrário, como afirma Hoffmann (2000, p. 53).

[...] conceber e nomear o 'fazer testes', o 'dar notas', por avaliação é uma atitude simplista e ingênua! Significa reduzir o processo avaliativo, de acompanhamento e ação com base na reflexão, a poucos instrumentos auxiliares desse processo, como se nomeássemos por bisturi um procedimento cirúrgico [...].

Um aspecto fulcral da avaliação é a busca de informações para o (re)planejamento, a (re)tomada dos fazeres pedagógicos como diagnóstico real do crescimento do aluno. Desta se originam as suas

principais funções: a) constatar se os objetivos propostos foram alcançados ou não, e em que dimensão; b) averiguar os motivos que divergiram para que as metas não tivessem êxito; c) nortear a tomada de decisões em relação ao não cumprimento das ações propostas.

Assim, vê-se que o professor, ao planejar a sua atuação, fixa as finalidades que pretende atingir, isto é, os comportamentos/atitudes que os alunos devem apreender ou formar durante o processo ensino/aprendizagem, além de (re)significar instrumentos de valoração que realmente aquilatem o que foi estabelecido como princípio basilar, norteador da construção dos conhecimentos/saberes dos alunos. Estes instrumentos devem ser elencados em sintonia com os objetivos que se pretende avaliar. Porém, como não é possível uma valoração fidedigna e real em todas as proposições, os resultados alcançados constituem apenas uma das variáveis a serem consideradas na análise qualitativa do desempenho deste.

O professor precisa estar sempre indagando as melhores situações de avaliação, as mais hábeis formas de coleta de dados, sua compreensão e utilização, a fim de dar cientificidade e experimentação a sua prática pedagógica. Por este prisma, esta se transforma em um processo sistemático pelo qual se (re)colhem informações sobre os resultados da aprendizagem, analisando-as com o intuito de determinar que ação, ritmo, metodologia e instrumento que serão empregados para que se efetive os objetivos propostos.

A complexidade do processo avaliativo é realçado por Perrenoud (1990, p. 18), segundo o qual não existe o ato de avaliar sem relação social e sem comunicação (inter)pessoal, tratando-se de um mecanismo do sistema de ensino que, muitas vezes, converte as diferenças culturais em desigualdades escolares. Por outro lado, a análise da ação avaliatória mostra que:

[...] não existem medidas automáticas, avaliações sem avaliador nem avaliado; nem se pode reduzir um ao estado de instrumento e o outro ao de objeto. Trata-se de atores que desenvolvem determinadas estratégias, para as quais a avaliação encerra uma aposta, sua carreira escolar, sua formação.(...) Professor e aluno se envolvem num jogo complexo cujas regras não estão definidas em sua totalidade, que se estende ao longo de um curso escolar e no qual a avaliação restringe-se a um momento.

É certo que a avaliação necessita abranger não só o rendimento intelectual, racional, objetivo, cognitivo, mas também outros aspectos, como as transformações efetuadas no comportamento global do aluno e a forma como ele utiliza essas aprendizagens na vida e no seu cotidiano. Destarte, compete ao professor ter sempre presente que precisa valorizar o desempenho, as habilidades, as competências do mesmo de acordo com aquilo que lhe foi fornecido, devendo ser devidamente organizado e planejado conforme seu nível de aquisição dos conhecimentos.

A avaliação, assim aplicada, deve estabelecer propósitos nitidamente evidenciados, entre os quais se destacam: a) determinar as mudanças, no nível de conhecimentos, ocorridas durante o desenvolvimento do aluno e b) entender as dificuldades individuais e coletivas deste, como ponto identificador da necessidade de uma nova organização da aprendizagem. Esta precisará abarcar o campo psicomotor, afetivo e cognitivo, a fim de dar ao professor as diretrizes para a definição das metas de sua ação docente. Corroborar Gadotti (1990) ao afirmar que a avaliação é essencial às práticas educacionais, inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão, sobre a ação, entendendo que a mesma não pode morrer. Ela se faz necessária para que se possa refletir, questionar e (transformar) o fazer pedagógico.

Portanto, esta deve ser a reflexão (trans)formada em ação, que impulsiona a novas (re)significações sobre a realidade e as histórias de vida do aluno. Um processo interativo, através do qual os atores educacionais aprendem sobre si mesmos e sobre o cotidiano do espaço de aprendizagem. Conseqüentemente, na medida em que o processo avaliativo exerce uma função dialogada/interativa, promove os alunos no campo moral, tornando-os críticos e participativos, inseridos no contato sócio-político e cultural. É necessário avaliá-los através da observação diária de seu desempenho individual e coletivo, possibilitando a crença de que a mesma é mais do que a produção de conhecimento: um ato político. Segundo Hoffmann (2000), avaliar nesse novo paradigma é dinamizar oportunidades de ação-reflexão, num acompanhamento permanente do professor e este deve propiciar ao aluno em seu processo de aprendizagem, reflexões acerca do mundo, formando seres críticos libertários e participativos na construção de verdades (re)formuladas.

Deste modo, a avaliação deve ser constante, pois faz o entrecruzamento do trabalho pedagógico desde seu planejamento até a sua execução, agregando informações para melhor compreensão da relação ensino/aprendizagem e possibilitando, assim, orientar a intervenção didática para que seja qualitativa e pedagógica. Por conseguinte, desenvolver uma nova postura avaliativa (re)quer (des)construir a concepção e a prática tradicional de mensuração e romper com a cultura de memorização, classificação, seleção e exclusão, tão presente no sistema de ensino. Isto remete a uma reflexão em torno de algumas questões básicas que constituem a compreensão epistemológica e pedagógica do conceber e do fazer avaliativo.

Para Benvenuti (2002) avaliar é mediar o processo de aquisição de conhecimento, oferecer recuperação imediata, promover cada ser humano, vibrar junto a cada aluno em seus lentos ou rápidos progressos. Enquanto a avaliação permanecer arraigada à pedagogia tradicional, ultrapassada, obsoleta, a mesma autora afirma que a evasão escolar permanecerá, e o aluno, o cidadão, o povo continuará escravo de uma minoria, que se considera a elite intelectual, voltada para os valores da matéria ditadora, fruto de uma democracia mascarada e opressora.

Acredita-se que o grande desafio para edificar novos caminhos, segundo Ramos (2001), é através de uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador do processo ensino/aprendizagem. Deste modo, formam-se cidadãos conscientes, críticos, criativos, solidários e autônomos.

Avaliar significa ação provocativa do professor desafiando o aluno a refletir sobre as situações vividas, a (re)formular hipóteses, encaminhando-o a um saber enriquecido, acompanhando o vir a ser, favorecendo atuações educativas para novas descobertas. A avaliação apresenta uma importância social e política fundamental no fazer educativo vinculando-a a idéia de qualidade. Isto é legitimado por Benvenuti (2002), ao dizer que a mesma deve estar comprometida com a escola e esta deverá contribuir no processo de construção do caráter, da consciência e cidadania, passando pela produção do conhecimento, fazendo com que o aluno compreenda o mundo em que vive para usufruir dele, mas, sobretudo, que esteja preparado para transformá-lo.

Enfim, ao pensar a avaliação como aprovação ou reprovação, a nota torna-se um fim em si mesma, ficando distanciada e sem relação com as situações de aprendizagem. Mudar a concepção se faz urgente e necessário. Basta romper com padrões estabelecidos pela própria história de uma sociedade

elitista e desigual. Neste sentido, Perrenoud (1993) afirma que mudar a concepção de avaliação significa provavelmente mudar o espaço/tempo de aprendizagem, alterar práticas habituais, acabando com as inseguranças e angústias de todos os atores educacionais, portanto, romper paradigmas e construir uma nova escola.

5. Criatividade e avaliação: uma perspectiva possível

A LDB (1996), em seu artigo 24º, inciso V, item a, afirma que a averiguação do rendimento escolar observará o critério da avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. Esta legislação fornece aos professores e às escolas embasamento legal para se compreender a avaliação da aprendizagem.

A legislação vigente sugere a avaliação contínua e cumulativa, pois entende que a aprendizagem é diária e acontece de forma gradual e permanente, visto que não se aprende tudo de uma única vez nem tudo o que é ensinado, já que o ato de aprender é subjetivo e está intimamente ligado ao querer, acontecendo à medida em que as interações vão ocorrendo por meio das relações (intra/inter) pessoais e dialógicas.

Uma avaliação contínua não almeja o resultado final, estático e mensurável, ao contrário, valoriza o processo criativo, imaginativo e serve de balizador por onde transitam alunos e professores, isto é, local em que se dá a troca de conhecimentos/saberes mútuos. E, neste sentido, conforme adverte Hoffmann (2003, p. 223),

[...] o papel do avaliador, ativo em termos do processo, transforma-se no de partícipe do sucesso ou fracasso dos alunos, uma vez que os percursos individuais serão mais ou menos favorecidos a partir de suas decisões pedagógicas que dependerão, igualmente, da amplitude das observações. Pode-se pensar, a partir daí, que não é mais o aluno que deve estar preparado para a escola, mas professores e escolas é que devem preparar-se para ajustar propostas pedagógicas favorecedoras de sua aprendizagem, sejam quais forem seus ritmos, seus interesses e ou singularidades.

Esta avaliação, permeada pela ação dialógica, não possibilita pensar o fracasso, porque é movimento constante com e/ou entre os atores educacionais. Logo, é reflexão, discussão e processo amplo de interação com crescimento em direção à autonomia, responsabilidade, competência e criatividade. Luckesi (1995, p. 69) entende, por sua vez, a “[...] avaliação como um juízo de qualidade sobre dados relevantes, tendo em vista uma tomada de decisão”. Enquanto Hoffmann (1993), compreende a mesma como um fazer instigante do professor, que provoca o aluno a pensar sobre as suas experiências de vida, (re)formular teorias, que o conduza a um aprendizado criativo.

Neste sentido, é imperioso que a avaliação, em sua ação diagnóstica, torne-se uma ferramenta dialética de avanço e identificação de novas direções. Corroborando, Luckesi (1995, p. 43) diz: “Enfim, terá de ser o instrumento do reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”.

Hoffmann (2003) propõe para a realização desta avaliação duas premissas fundamentais: a) confiança na possibilidade do aluno construir as suas próprias verdades e b) valorização de suas manifestações e interesses. Para a autora, a ocorrência de erros e indagações é um elemento significativo para a prática pedagógica, pois possibilitará ao professor a constatação e investigação de que maneira o aluno se posiciona frente à construção/elaboração de suas verdades, legitimando, assim, o diálogo, na relação professor/aluno, como referência de aprendizagem e como reflexão do próprio fazer pedagógico.

Neste ínterim, Luckesi (2002, p. 58) promove uma reflexão acerca do erro na aprendizagem, pois entende que

[...] o erro deve ser usado como fonte de virtude, não como castigo. (...) o erro não é fonte para castigo, mas suporte para o crescimento. Nessa reflexão, o erro é visto e compreendido de forma dinâmica, na medida em que contradiz o padrão, para, subseqüentemente, possibilitar uma conduta nova em conformidade com o padrão ou mais perfeita que este. O erro, aqui, é visto como algo dinâmico, como caminho para o avanço.

Toda resposta, em uma relação ensino/aprendizagem, é motivação para questionamentos inéditos e/ou desafiantes. Logo, devem-se oferecer condições de emitir idéias criativas e inovadoras para que se destaquem as hipóteses em edificação ou (re)elabore as já existentes, pois tais procedimentos constroem a avaliação contínua e cumulativa. Desta maneira, esta, em sua aplicabilidade diária, considera os aspectos holísticos do aluno como compreensão da aprendizagem e valoração da expressão criativa.

Neste sentido, a avaliação constitui uma relação Eu-Tu, uma cumplicidade entre professor e aluno. Luckesi (2002, p. 171) vislumbra a mesma como um ato acolhedor, integrativo, inclusivo e amoroso:

[...] o ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade (como ela é). Assim, manifesta-se o ato amoroso consigo mesmo e com os outros. O mandamento "ama o teu próximo como a ti mesmo" implica o ato amoroso que, em primeiro lugar, inclui a si mesmo e, nessa medida, pode incluir os outros. O ato amoroso é um ato que acolhe atos, ações, alegria e dores como eles são: acolhe para permitir que cada coisa seja o que é, neste momento.

A avaliação, entendida como processo, não pode se sujeitar a regras e nem permite classificação, pois não ocorre de A para B, mas de A com B e vice versa, porque os sujeitos (inter)agem, criticam, debatem e se avaliam. Conseqüentemente, este entendimento acolhe três princípios, que Freire (2008, p. 92) faz inferência: amor, humildade e fé nos seres humanos. "Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. Não há, por outro lado, diálogo, se não há humildade. (...) Não há também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer".

Como um fazer pedagógico, a avaliação, ligada à idéia de qualidade, representa relevância social, cultural e política. Avaliar qualitativamente significa estabelecer um juízo de valor totalizante. Deste modo, o professor deixa de coletar elementos quantificáveis e passa a utilizar sua experiência e competência para promover a análise dos acontecimentos por meio de uma concepção que aprecia e legitima sua postura ética.

Os aspectos qualitativos estão relacionados à aquisição e acumulação de um saber arquitetado a partir da (inter)ação professor/aluno e destes com o meio social, ou seja, é o somatório das ações, atitudes, trabalhos, discussões, percepções, subjetividades e expressões criativas. Avaliar qualitativamente significa

um julgamento mais global e intenso, no qual o aluno é observado como um ser integral, colocado em determinada situação relacionada às expectativas do professor e também deles mesmos.

A avaliação formativa constitui-se, por sua vez, como instrumento de averiguação, a qual Perrenoud (1999, p. 104) chama de observação formativa. Assim:

Observar é construir uma representação realista das aprendizagens, de suas condições, de suas modalidades, de seus mecanismos, de seus resultados. A observação é formativa quando permite orientar e otimizar as aprendizagens em curso sem preocupação de classificar, certificar, selecionar.

Para que a avaliação ocupe seu espaço/tempo do ponto de vista reflexivo, dialógico, formativo, cumulativo e criador, na relação ensino/aprendizagem, ela precisa ser pertinente/adequada e, sobretudo, significativa para desafiar professores e alunos a avançarem no processo de construção dos conhecimentos/saberes, traduzindo uma complexa rede sêmica de implicações motivacionais e de (inter)relações culturais, sociais, políticas, ambientais e estéticas.

Neste ínterim, Luckesi (2002, p. 176) corrobora ao dizer que:

Na medida em que ocorre o reconhecimento do limite e da amplitude de onde se está, descortina-se uma motivação para o prosseguimento no percurso da vida ou de estudo que se esteja realizando. A avaliação motiva na medida mesmo em que diagnostica e cria o desejo de obter resultados mais satisfatórios. (...) A função de auxiliar a aprendizagem. Creio que, se tivermos em nossa frente a compreensão de que a avaliação auxilia a aprendizagem, e o coração aberto para praticarmos este princípio, sempre faremos bem a avaliação da aprendizagem, uma vez que estaremos atentos às necessidades dos nossos educandos, na perspectiva de seu crescimento. Então, estaremos fazendo o melhor para que eles aprendam e se desenvolvam.

A avaliação, pelas probabilidades de suscitar a compreensão, a atuação autônoma e crítica do aluno sobre a realidade, pressupõe um saber que articule e valorize múltiplas linguagens, portanto, não apenas as tradicionais, como a lógico-matemática, a histórica, mas, também, a artística, a estética, a corporal, a lúdica, assim como o pensamento criativo, intuitivo e inventivo.

Enfim, para refletir a prática da avaliação se faz imprescindível assumir um posicionamento transparente, coerente e ético, juntamente com o (re)significar holístico do fazer pedagógico, do planejamento e da execução. Uma avaliação contínua, cumulativa, dialógica, formativa, valoriza a história de vida do aluno, as suas experiências, os seus conhecimentos/saberes, os seus erros, os seus questionamentos. Portanto, ela é um estímulo para este, uma motivação para que o mesmo sinta prazer em aprender e criar.

6. Considerações finais

O Artigo, como pesquisa bibliográfica, refletiu sobre a importância da avaliação educacional frente ao novo momento social que provoca mudanças nos modos de viver, trabalhar, produzir, pensar e até mesmo sentir dos atores educacionais. Contudo, observa-se que avaliar não consiste apenas em criar um modelo de valoração, mas transformá-lo em um instrumento de crescimento para professores e alunos, onde os primeiros (re)significam a sua capacidade de provocar o processo de edificação dos aspectos holísticos destes últimos na relação ensino/aprendizagem.

Desta forma, a avaliação deve permear o trabalho pedagógico desde o planejamento até a execução, coletando dados para melhor compreensão do processo de aquisição do conhecimento, possibilitando, assim, orientar a intervenção didática para a (trans)formação, onde esta é muito mais do que a expressão de determinar conceitos para o aluno, ela expressa a postura do professor responsável, ético-político, competente e comprometido com o desenvolvimento de capacidades, habilidades, competências e atitudes numa escola democrática e cidadã. Portanto, a mesma não pode ser percebida como um momento final do processo em que se verifica o que o aluno alcançou. A ação não está em tentar padronizar o comportamento deste, mas em criar condições de aprendizagem que permitam a este, qualquer que seja seu nível, evoluir na construção dos conhecimentos/saberes.

Enfim, a avaliação não deve ser entendida e imposta como portas, obstáculos ou barreiras, vedando indistintamente o acesso ou sua transposição. Pelo contrário, ela deve ser bastante suave, a ponto de poder ser comparada a um rio caudaloso, que vai deslizando plácido e suave, recebendo novos mananciais através de seus afluentes e distribuindo a vida por onde passa: saciando a sede de saber e fornecendo o alimento da ciência.

Referências

- BENVENUTI, D. B. (2002) Avaliação, sua história e seus paradigmas educativos. *Pedagogia: a Revista do Curso Brasileira de Contabilidade*. São Miguel do Oeste – SC: ano 1, n. 01, jan., p. 47-51.
- BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva. (2003) O Ratio Studiorum e a missão no Brasil. *História Hoje: revista eletrônica de História*. São Paulo, v.1, n. 02, dez..
- BRASIL. Ministério da Educação. (1996) Lei n. 9.394, de 20 de dezembro. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF.
- ECHENIQUE, Vera Lúcia. (s/d) *Avaliação da aprendizagem*. Londrina: UEL.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. (1986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FREIRE, Paulo. (2008) *Pedagogia do oprimido*. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. (2001) *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- GADOTTI, Moacir. (1990) *Pensamento Pedagógico Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática.
- GIL, Antonio Carlos. (2006) *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. Ed. São Paulo: Atlas.
- HOFFMANN, Jussara. (2000) *Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. 29ª ed. Porto Alegre: Mediação.
- _____. (2003) *Avaliar para promover – as setas do caminho*. 3. ed. Porto Alegre: Mediação.
- _____. (2003) *Avaliação mediadora – uma prática em construção da pré-escola à universidade*. 21. ed. Porto Alegre: Mediação.
- _____. (1993) *Avaliação mediadora – uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Editora Mediação.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. (2004) *Metodologia do trabalho científico*. 4ª ed., São Paulo: Atlas.
- LUCKESI, Cipriano C. (2002) *Avaliação da aprendizagem escolar*. 14. ed. São Paulo: Cortez.
- _____. (1995) *Avaliação da aprendizagem escolar*. São Paulo : Cortez.
- PERRENOUD, Philippe. (1993) Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: NÓVOA, A. *Avaliação em educação: novas perspectivas*. Porto, Portugal: Porto Editora.
- _____. (1999) *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens - entre duas lógicas*. Porto Alegre: ArtMed.
- _____. (1990) *La construcción del éxito y del fracasso escolar*. (Trad.) Pablo Manzano. Madrid: Morata/La Coruña: Paidéia.
- RAMOS, P. (2001) *Os pilares para educação e avaliação*. Blumenau, SC: Acadêmica.
- SOBRINHO, José Dias. (2003) *Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas*. São Paulo Cortez.
- VIANNA, Heraldo Marelím. (2000) *Avaliação Educacional*. São Paulo: IBRASA.